



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO CCE  
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO**

**Rosângela do Nascimento Menezes**

***Livro-reportagem Ribeirinhos: história de vida dos moradores  
da reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé***

**RELATÓRIO TÉCNICO  
do Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à disciplina de *Projetos Experimentais*  
ministrada pela Prof<sup>a</sup> Gislene da Silva em 2014.2  
Orientador(a): Prof<sup>a</sup> Daisi Vogel**

**Florianópolis  
Dezembro de 2014**



<b>FICHA DO TCC</b>		<b>Trabalho de Conclusão de Curso -</b>		
<b>JORNALISMO UFSC</b>				
<b>ANO</b>	2014.2			
<b>ALUNO</b>	Rosângela do Nascimento Menezes			
<b>TÍTULO</b>	Livro-reportagem Ribeirinhos			
<b>ORIENTADOR</b>	Professora Daisi Vogel			
<b>MÍDIA</b> (marcar um ou vários se utilizado mais de um)	<input checked="" type="checkbox"/>	Impresso		
	<input type="checkbox"/>	Rádio		
	<input type="checkbox"/>	TV/Vídeo		
	<input type="checkbox"/>	Foto		
	<input type="checkbox"/>	Web site		
	<input type="checkbox"/>	Multimídia		
<b>CATEGORIA</b>	<input type="checkbox"/>	Pesquisa Científica (monografia)		
	<input type="checkbox"/>	Produto Comunicacional (manuais, guias...)		
	<input type="checkbox"/>	Produto Institucional (assessoria de imprensa) (seja empresarial, comunitária etc)		
	<input checked="" type="checkbox"/>	Produto Jornalístico (inteiro)	<b>Local da apuração:</b>	
	<input type="checkbox"/>	Reportagem livro-reportagem (x) se sim	( ) Florianópolis ( ) Santa Catarina Internacional ( ) Região Sul	( x ) Brasil ( ) País:
<b>ÁREAS</b>	Reportagem-crônica, ribeirinhos, Unidade de Conservação, narrativas, Amazônia			
<b>RESUMO</b> (de 08 a 10 linhas, espaço simples)	Este Trabalho de Conclusão de Curso é um livro-reportagem sobre os moradores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (REDES do Tupé), distante a 25 km do centro de Manaus. <i>Ribeirinhos</i> é dividido em dez pequenas reportagens-crônicas sobre os moradores de três comunidades da região: Nossa Senhora do Livramento, Julião e Colônia Central. São comunidades dispersas e para se ter acesso a elas é necessário o uso de embarcações. O livro-reportagem traz histórias de vida desses comunitários que moram nas comunidades há 40 anos, mas que desde 2005 tentam viver de forma sustentável dentro de uma unidade de conservação.			

## AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho à Fabiane Oliveira, a pessoa mais apaixonada pela Amazônia que já conheci. Passou metade da vida me incentivando a abandonar as Ciências Exatas e cursar Jornalismo. Mas, infelizmente a vida não permitiu que ela fizesse parte da mudança de profissão.

Agradeço ao Marcelo Furtado por ter desbravado comigo algumas estradas Amazônicas, ter me ajudado a vencer o medo de água e também por oferecer apoio durante os anos de crise profissional.

À minha família, que mesmo sabendo que teria outra profissão que não daria muito dinheiro, me incentivou até o final do curso.

À Cláudia Marcelo, Lucilene Lemos e Júlia Rubra por flexibilizarem meu horário de trabalho tanto quanto foi possível e também a banda No Filters, que ficou sem cobertura fotográfica em alguns shows.

À Andrimarciele Souza que comprou minha ideia de projeto e cuidou da logística de transporte, mesmo nos momentos mais complicados da apuração. Obrigada também por ter lido, pacientemente, todos os textos.

À Suely Souza pelas infinitas remadas na travessia do rio e por ter me recebido em sua casa com tanto carinho. Ao Silval Silva por ter me levado de uma comunidade para outra, independentemente do horário ou dia. Ao amigo Reinaldo Marques e meu cunhado João Farias pelas caronas até a marina do David.

As amigas Stephanie Girão, Talita e Tâmara Magalhães, Eline Florintino e Marcele Reis pelo ombro amigo, apoio emocional e palavras de incentivo desde o início do trabalho, em dezembro de 2013. Aos amigos do Jornalismo, Galeno Lima, Taynara Macedo, Suelen Rocha, Jéssica Trombini e Caio Spechoto pela leitura atenta dos textos e dicas preciosas. E também ao Renato Botteon por ter me emprestado uma bateria extra para a câmera.

À Isadora Castanhel pela revisão do trabalho.

À Daisy Vogel, minha orientadora, por todas as dicas — que foram fundamentais para a execução do trabalho em tão curto tempo.

Finalmente, agradeço ao Paulo Sabbanelli por aguentar meu mau-humor, ansiedade e histeria desde a disciplina Técnicas de Projetos até o último ponto colocado no documento do word. Obrigada por escutar os relatos empolgados durante a apuração, pela leitura dos textos, edição das fotos e mais algumas coisas que não lembro.



*Mas para onde vou, Manaus me persegue*  
(Milton Hatoum, A cidade Ilhada)

## **SUMÁRIO**

<b>1 RESUMO</b>	7
<b>2 O TEMA</b>	8
<b>3 JUSTIFICATIVAS</b>	11
<b>4 O FORMATO</b>	12
<b>5 PRODUÇÃO</b>	12
<b>5.1 PRÉ-APURAÇÃO</b>	12
<b>5.2 APURAÇÃO</b>	14
<b>5.3 FONTES</b>	17
<b>5.4 ENTREVISTAS</b>	18
<b>5.5 TEXTOS</b>	18
<b>5.6 FOTOGRAFIA</b>	20
<b>6 EDIÇÃO E FINALIZAÇÃO</b>	20
<b>7 CUSTOS</b>	21
<b>8 DIFICULDADES E APRENDIZADO</b>	21
<b>8 REFERÊNCIAS</b>	24

## 1 RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é um livro-reportagem sobre os moradores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (Redes do Tupé), distante a 25 km do centro de Manaus. *Ribeirinhos* é dividido em dez pequenas reportagens-crônicas sobre os moradores de três comunidades da região: Nossa Senhora do Livramento, Julião e Colônia Central. São comunidades dispersas e para se ter acesso a elas é necessário o uso de embarcações. O livro-reportagem traz histórias de vida desses comunitários que moram nas comunidades há 40 anos, mas que desde 2005 tentam viver de forma sustentável dentro de uma unidade de conservação

Palavras-chave: reportagem-crônica, ribeirinhos, Unidade de Conservação, narrativas, Amazônia

## 2 O TEMA

A Amazônia é normalmente noticiada na grande mídia em pautas que envolvem desmatamento, questões indígenas, efeito estufa ou sobre a exuberância da Floresta Amazônica e dos Rios Negro e Solimões. Mas pouco se fala sobre as pessoas que moram às margens do rio ou sobre a dinâmica da vida social na região. Magali Franco Bueno entrevistou 80 pessoas em três cidades diferentes (Belém, Manaus e São Paulo) para escrever a dissertação *O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos viajantes, dos livros de Geografia e da mídia impressa*. Os entrevistados tiveram que responder a pergunta “Quando se fala em Amazônia, qual é a primeira coisa que vem em sua cabeça?”. A maioria (43) citou a floresta, preservação (9) e animais (6). Ninguém falou sobre o ribeirinho, o seringueiro, o artesão ou o caboclo que faz a farinha que não pode faltar no prato da população.

Nota-se que várias questões ambientais divulgadas pela mídia confundem-se. Como a Amazônia está muito ligada aos problemas ambientais não raro se observa a correlação com temas, tais com, efeito estufa, camada de ozônio, aquecimento global, biodiversidade, mico leão dourado, pirataria genética e chuva ácida, mesmo que não estejam relacionados à região (BUENO, 2002, p. 145).

A imprensa apresenta os centímetros que o rio subiu ou desceu, o número de moradores desabrigados durante uma enchente ou quantifica o número de campos de futebol que cabem na área desmatada da Amazônia. Mas pouco humaniza as estatísticas, os números e os diâmetros com personagens que sofrem as consequências desses dados. De fato, como afirmou Chaparro (2001), o jornalismo não se define como aquilo que simplesmente acontece e, sim aquilo que, ao acontecer e ao ser revelado, produz alterações significativas na realidade presente das pessoas. O acontecimento do ponto de vista sociológico, como escreveu Morin (1990), é tudo aquilo que não se inscreve nas regularidades estatísticas. O fator humano do jornalismo diário consiste basicamente em apresentar o nome do *Quem?* Seguido de idade e no máximo de sua profissão ou de declarações seguidas de algum verbo dicendi. O repórter não apresenta características do personagem que possam aproximar o leitor do fato.

A informação jornalística plenamente humanizada atenderia[...] a uma demanda complexa: ideias ou conceitos ou diagnósticos, emoções e mitos, comportamentos e estratégias de ação. Uma vez que o jornalista é um mediador-produtor de sentidos, ele capta [...] a realidade cultural imediata a que

está exposto – e as representa na notícia, na reportagem ou em qualquer outra peça jornalística (MEDINA [ 1991, p. 196] apud SHIRLEY, 2005).

Ribeirinhos são povos tradicionais que vivem à margem dos rios e vivem da caça, pesca e agricultura de subsistência. Para Castro et, al. (2007) o modo de vida dos povos amazônicos, entre eles os ribeirinhos advém do seu conhecimento sobre os ecossistemas de várzea e terra firme, do uso e manejo dos recursos naturais da região, que foi aprendido no seu cotidiano e é repassado de pai para filho. Os moradores tradicionais que trata este trabalho são os ribeirinhos que residem na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (REDES do Tupé) no momento em que ela foi criada, pelo Decreto n.º 8.044, de 25 de agosto de 2005.

Segundo a Lei 9.985 de 18 de Julho de 2000, que estabeleceu os critérios para implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) uma Unidade de Conservação (UC) é um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. As UCs se dividem em dois tipos: as unidades de proteção integral – estação ecológica, reserva biológica, parque nacional, monumento natural e o refúgio da vida silvestre, que tem como objetivo preservar a natureza e, é admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais; e as unidades de uso sustentável que são formadas pelas Áreas de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

A SNUC conceitua Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) como uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas e tem como objetivo principal básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações. Já o decreto que criou a REDES do Tupé tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável das populações que habitam a área da reserva, com prioridades para combater à pobreza e melhorar a condição de vida dos ribeirinhos. Além disso, estabelece

mecanismos que viabilizem à própria comunidade o exercício das atividades de fiscalização e proteção dos recursos da flora, fauna, recursos hídricos, solo e subsolo e também a extração, produção, transporte, consumo e comercialização dos produtos e subprodutos da reserva. Porém, como apontou Oliveira, garantir os meios de subsistência aliado ao manejo dos recursos naturais é o grande desafio para os moradores da região.

As praias, os lagos, os igarapés, os córregos e as cachoeiras constituem a vasta malha hídrica da REDES. Mesmo com a presença de fontes permanentes de água para o cultivo, o solo na reserva, em especial na Comunidade de São João, é considerado fraco para a agricultura pelos moradores, além da presença indesejada das saúvas que destroem o curto roçado. Soma-se a isso a dificuldade de acesso e de transporte que representam os maiores empecilhos para o escoamento adequado da produção, havendo alto índice de perda, principalmente de cupuaçu, pois no período de safra, esses problemas se impõem e a falta de condições para transportar a produção ou ainda de transformá-la localmente em polpa ou em outros derivados acabam causando seguidos prejuízos e desânimo nos pequenos produtores. Também não há energia elétrica, o que impede o armazenamento e o beneficiamento da produção, obrigando os produtores a realizarem a comercialização in natura das frutas (OLIVEIRA, 2007, p.5).

A REDES possui 12.000 hectares e é constituída de seis comunidades: Nossa Senhora do Livramento, Julião, Agrovila, Tatulândia, Central e São João do Tupé. A região está localizada na zona rural de Manaus e fica distante 25 km em linha reta do centro da cidade. As comunidades ficam distantes uma das outras e o acesso só é possível através de barco particular ou de lanchas da Cooperativa da Associação dos profissionais de transporte fluvial da Marina do Davi (Acamdaf). A reserva é banhada pelos Rio Negros e pelos Igarapés do Tatu, Acácia e Tarumã-Mirim.

O Índice de Cidadania do PIATAM (SILVA, 2010), que leva em consideração fatores como renda, alimentação, saúde, educação e organização social, de forma que, quanto maior é o índice maior é a cidadania, apontou as comunidades São João do Tupé (0,757), Nossa Senhora do Livramento (0,740) e Julião (0,700) com condições ótimas de cidadania. Já as comunidades Agrovila (0,615), Tatulândia (0,557) e Central (0,500) apresentaram condições média de cidadania. Um dos principais fatores que dificultam o desenvolvimento da região é a distância da capital. Além disso, os ribeirinhos ainda sofrem com a sazonalidade do clima e com a não-fixação dos jovens nas comunidades, que vão para Manaus em busca de melhor educação e trabalho. De forma que a população é composta principalmente por crianças, adultos e aposentados.

É por esse principal motivo que meu Trabalho de Conclusão de Curso é conduzido com foco nos moradores das comunidades. Ele traz histórias de moradores das comunidades Nossa Senhora do Livramento, Julião e Colônia Central que, desde a criação

da REDES do Tupé, em 2005, tentam unir a atividade econômica com a preservação do Meio Ambiente, já que, antes da REDES do Tupé os ribeirinhos vivam basicamente da exploração dos recursos naturais da floresta.

### 3 JUSTIFICATIVAS

No curso de Jornalismo, aprendemos que notícia é quando o homem morde o cachorro e que a sua estrutura está vinculada a pirâmide invertida e na preocupação de responder as seis perguntas básicas do lead – O que? Quem? Quando? Onde? Como? Porque? E que, o jornalista como na Teoria do Espelho vai para a rua e transmite o fato como ele acontece de forma clara e objetiva. Porém, durante as sete redações ao longo do curso, percebi que tinha mais afinidade com o texto narrativo que, como afirmou Medina (2003), é uma resposta humana diante do caos, pois qualquer cidadão carrega o fardo da marginalização, seja social, étnica, cultural ou religioso.

Lendo livros reportagens como *A vida que ninguém vê* e *O olho da rua* de Eliane Brum ou *Fama&Anonimato* de Gay Talese, fiquei interessada no jornalismo mais humanizado, focado nas descrições, características e nas vidas das pessoas que sofrem as consequências do que entendemos por notícia. Existem infinitas histórias entre a mordida que o homem dá no cachorro e o acontecimento da vida e são elas que me motivaram a escolher o tema deste Trabalho de Conclusão de Curso. Eliane Brum diz se interessar mais pelo homem que morde o cachorro do que pelo cachorro que morde o homem, que o olhar para o cotidiano das pessoas dá medo porque é um risco e que, se estivermos realmente decididos a enxergar não sabemos o que vamos ver. Mas, para treinar esse olhar é necessário alterar o foco e não se trata de um truque banal. A alteração do foco se faz em apenas em um segundo e uma inclinação de alguns centímetros do pescoço, mas que resulta em uma história avassaladora, pois como afirmou Ijuim (2011):

O jornalismo humanizado produz narrativa em que o ser humano é o ponto de partida e de chegada, o que supõe que esse fazer começa antes da pauta, na consciência de ser jornalista. No trabalho de apuração, busca versões verdadeiras e não, necessariamente produz a verdade, pois o repórter não se relaciona com um objeto de conhecimento, mas com outros seres humanos envolvidos no processo comunicativo (IJUIM, 2011, p. 17).

Pensando nisso, busquei um tema em que pudesse narrar o presente de pessoas comuns numa paisagem não muito conhecida nas outras regiões do país. Mesmo que a

mídia escreva sobre ribeirinhos a ideia que fica no imaginário popular é de moradores de comunidades afastadas da capital que vivem da caça e da pesca em regiões do Baixo ou Alto Solimões. Justamente para quebrar esse estereótipo, escolhi escrever sobre a população que vive à margem do Rio Negro e nos igarapés Tarumã-miram, Tarumã Açu, Tatu, Tupé e Acácia distante apenas 30 minutos de barco de Manaus (AM). As comunidades pertencem a zona rural da capital amazonense e fazem parte da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé. A região é formada por seis comunidades e apurei em três: Nossa Senhora do Livramento, Julião e Colônia Central.

O livro-reportagem *Ribeirinhos* é inspirado na obra *A vida que ninguém vê* da jornalista Eliane Brum, e traz pequenas reportagens-crônicas - flagrantes do cotidiano em que o narrador se coloca numa posição observadora ou reflexiva, sobre moradores da REDES do Tupé que estão tão próximos a capital, mas que sofrem com a falta de estrutura em educação, saúde, energia e saneamento básico.

#### **4 O FORMATO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso é um livro-reportagem impresso, organizado em 10 capítulos, com pequenas reportagens-crônicas sobre os ribeirinhos das comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, localizada na Zona Rural de Manaus, AM. O primeiro capítulo tem cerca de 25 mil caracteres e contextualiza o leitor em relação a localização, mobilidade, saneamento básico, saúde, educação, energia e entretenimento nas comunidades das REDES do Tupé. Os demais capítulos têm entre 6 e 8 mil caracteres.

Os textos foram escritos na terceira pessoa, sem correlatas ou intertítulos, com exceção do primeiro capítulo que, por abranger temas distintos foram utilizados intertítulos para melhor ambientar o leitor em relação a REDES do Tupé.

#### **5 PRODUÇÃO**

##### **5.1 PRÉ-APURAÇÃO**

A pré-apuração ocorreu em dezembro de 2013 quando viajei para conhecer algumas das comunidades que estão dentro da REDES do Tupé. O caminho para Nossa Senhora do Livramento descobri em 2008. Sabia que por 6 reais me levariam até o porto principal da comunidade, porém não fazia ideia de como chegaria nas demais. Entrei em

contato com a Cooperativa da Associação dos profissionais de transporte fluvial da Marina do Davi (Acamdaf) e, eles falaram que me levariam até as comunidades mais afastadas se eu pagasse o valor da lancha fretada. Não tinha como gastar 300 reais para cada dia de apuração. Então, a partir desse momento, comecei a buscar outra forma de chegar à região.

Lembrei que os pais da minha amiga Andrimarciely Souza tinham um sítio na zona rural de Manaus, e na esperança dela me oferecer uma luz no fim do túnel, perguntei aonde ficava o lugar. Já que, mesmo a conhecendo há 10 anos e ao longo deles ter recusado vários convites de passeio no sítio, eu não sabia onde ficava exatamente. Para minha surpresa e sorte, o balneário Água Mineral ficava dentro de Nossa Senhora do Livramento e toda a parte logística do meu trabalho foi organizado pela Andrimarciely e sua mãe, Suely Souza.

Em dezembro mesmo visitei a comunidade com o olhar de repórter e não mais como de visitante, como aconteceu em 2008. Conversei com a mãe dela, que me explicou como os moradores faziam para sobreviver, beber água, coletar o lixo e também sobre várias histórias da época em que Suely era presidente e passava de casa em casa para conseguir dinheiro para comprar o diesel que alimentava o motor de luz da comunidade. Depois dessa visita, no Natal, tive que engavetar meu medo de andar de barco, o tema do trabalho estava definido e o que se sucedeu a partir disso foi a corrida para que a logística de transporte e alimentação fossem estruturadas antes da viagem de apuração.

Em paralelo, também foi solicitado junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade Manaus (Semmas) uma autorização para fazer pesquisa dentro dos limites da REDES do Tupé. Qualquer trabalho acadêmico desenvolvido dentro da área precisa de licença. Para tanto, é preciso escrever um projeto nos moldes exigidos pela secretaria, uma carta de apresentação da instituição de ensino e também os documentos pessoais do aluno/pesquisador. A Semmas tem 30 dias para autorizar o trabalho depois de protocolado os documentos. Mas a autorização do meu TCC demorou cerca de 40 dias para sair devido aos problemas no servidor de e-mails da prefeitura de Manaus, feriado prolongado na capital amazonense e também pela dificuldade em assinar, escanear os documentos e devolvê-los para Semmas, já que o e-mail vivia com problemas. Toda a tramitação e burocracia atrasou meu cronograma em uma semana.

A logística foi definida e ficaria hospedada em Nossa Senhora do Livramento onde residia o morador responsável por me levar para as demais comunidades. O Orçamento incluía a alimentação, a hora de trabalho do barqueiro e também o valor do

diesel. O acordo foi fechado em 1.100 reais para as quatro semanas de apuração: 500 reais com transporte e 600 com alimentação.

## 5.2 APURAÇÃO

A apuração deveria ter acontecido em agosto. Mas, eu precisava viajar nas férias do trabalho, e só consegui marcá-la para setembro, portanto, as entrevistas tiveram que ocorrer nesse mês. O segundo atraso se deu por conta da licença da Semmas: toda a tramitação foi feita a distância. De forma que, depois que saiu a autorização, eu precisava assinar e devolver para que a secretária do Meio Ambiente assinasse. Enviei os documentos no dia 29 de agosto, assinei no dia 2 de setembro e a liberação de pesquisa aconteceu somente no dia 4 de setembro. No meu cronograma, entraria nas comunidades na segunda-feira, voltaria na sexta e utilizaria o fim de semana para decupar o material e na semana seguinte iria para outra comunidade. Seriam quatro lugares diferentes e cinco dias de apuração para cada um deles.

A moradora que me receberia me esperou em agosto. Depois, no dia 1º de setembro, apareci no dia cinco. A comunicação de quem mora naquelas terras é difícil porque não existe telefone fixo e o sinal do celular pouco funciona. No final de semana do dia 5 de setembro foi feriado prolongado em Manaus, de forma que os moradores estavam muito ocupados recebendo familiares que moram na cidade ou se preparando para a festa que aconteceria naquele final de semana.

Suely me levou até a casa do presidente da comunidade. Mostrei a licença, falei sobre o meu trabalho e expliquei mais ou menos o perfil das pessoas que eu estava procurando. Naquele fim de semana, só consegui entrevistar um casal de idosos que foi um dos primeiros moradores a chegar à região. Porém, a festa do sábado foi essencial para que eu conhecesse a dinâmica dentro da comunidade e ouvisse algumas histórias que norteariam meu trabalho.

A primeira semana de apuração foi reduzida a apenas dois dias, consegui uma entrevista e marquei outras quatro. E, uma delas não aconteceu porque o morador combinou comigo três vezes e, em nenhuma delas podia falar. Ele mora em um sobrado e, na cheia de 2012, a parte debaixo da casa dele ficou submersa na água. Queria ter conversado com ele, mas na casa dele funciona o bar da comunidade. O mesmo que aconteceu a festa. Além disso, ele trabalha na acamadaf e não conseguiu um horário livre para falar comigo. Depois de quatro tentativas, acabei procurando outras histórias, pois o meu tempo de apuração naquela comunidade estava apertado.

Em Nossa Senhora do Livramento, mesmo com as entrevistas marcadas em dias diferentes o trabalho evoluiu mais ou menos bem. O problema nesta comunidade é que a casa onde estava hospedada ficava do outro lado do igarapé de forma que, ficava dependendo da Suely me atravessar, já que eu não sei nadar e tampouco remar.

Os problemas começaram a aparecer quando a apuração mudou de comunidade. Acordava às 5 da manhã e quando não conseguia carona levava duas horas de ônibus da casa dos meus pais, na zona sul de Manaus, até a marina na zona oeste. Lá, eu pegava uma lancha até Nossa Senhora do Livramento e encontrava o barqueiro Sinval Silva, que me conduziu pelas comunidades. A complicação no Julião aconteceu porque Suely Souza não conseguiu contato com a presidente e, ficaria hospedada na casa dela. Fui mesmo assim. Cheguei no dia 8 de setembro, por volta das 10 da manhã, com a mochila de roupas e a de equipamento. Bati na casa da presidente. Não tinha ninguém. Bati na casa de uma amiga de Suely e também não havia ninguém. Não seria possível pernoitar naquela comunidade. Procurei um restaurante para comer e também não existia. Decidi continuar a apuração assim mesmo. Entreguei minha mochila para o Silval e pedi para que ele me buscasse ao final do dia.

O segundo problema do Julião é que lá é uma comunidade bem menor que Nossa Senhora do Livramento, com apenas 82 famílias, sendo que, algumas estão espalhadas pelos igarapés e essas já estavam fora de questão, pois não havia como chegar nelas a pé. Na segunda-feira, às 10 da manhã, a comunidade estava deserta. Os moradores estavam trabalhando nas roças e em poucas casas havia gente. Bati na porta das residências que aparentavam ter alguém. Primeiro entrevistei um pescador e, lá mesmo, perguntei se eu podia almoçar na casa dele. Por coincidência, ele está, aos poucos, montando um restaurante em sua casa. Ele me falou sobre uma senhora que morava a muito tempo na comunidade e que, provavelmente estaria em casa. Antes do almoço havia conseguido duas entrevistas. Subi em direção ao campo de futebol e encontrei um senhor que também me apresentou a sua vizinha. Consegui cinco entrevistas em sete horas de apuração, mas fiquei sem a ideia de como a comunidade funcionava a noite. Em Nossa Senhora do Livramento, por exemplo, a comunidade fica no escuro. Não há iluminação nas ruas de forma que todo morador que trafega pelas vielas anda com uma lanterna. No Julião, o campo de futebol tem iluminação e as pessoas podem jogar bola até tarde. Mas, infelizmente, fiquei sem esta ambientação. A segunda semana de apuração foi reduzida a apenas seis horas devido aos problemas logísticos. Voltei para a cidade e tentei telefonar para a presidente da comunidade, mas ela nunca atendeu ao telefone.

Para chegar à Colônia Central foi uma odisséia. Imaginei que também teria problemas com hospedagem na comunidade e, durante a apuração no Julião, perguntei se os moradores não conheciam alguém que pudesse me hospedar por três dias. Lá, me indicaram a Dona Ana, que faz parte do projeto de Turismo de Base Comunitária (Tucorin) e estava acostumada a hospedar turistas em sua casa. Porém, a Colônia Central tem acesso pelo Julião e por São João do Tupé. Na primeira, exige uma caminhada de três horas até a vila e na segunda apenas 40 minutos. Optei pelo caminho via São João do Tupé. Mas, não havia me dado conta que o referencial adotado pelos moradores seria o do Julião e não do igarapé do Tupé.

Fiz o trajeto da zona sul de Manaus até a zona oeste. E como a comunidade fica mais distante da cidade, dormi em Nossa Senhora do Livramento para cedo, antes do sol esquentar, partir para a Colônia Central. Ao longo da apuração, os ribeirinhos me descreviam a Central como um lugar longe e perigoso. Falavam também da possibilidade de encontrar cobras e onças na trilha que dá acesso a comunidade. Resolvi contratar um morador para subir a trilha comigo, mas ele não pode me acompanhar no dia e na hora que precisava. Mais uma vez, optei por não atrasar o cronograma que estava ficando cada dia mais apertado.

Segui com o Sinval em direção ao igarapé do Tupé. Porém, como ele nunca havia andado pela região, acabamos nos perdemos. Andamos em círculos no rio até que encontramos uma casa na margem em que havia homens trabalhando. Por sorte, um deles era morador da comunidade e foi nos guiando com o seu barco até lá. Sinval entrou comigo na trilha para eu não subir sozinha. Perguntei pela Dona Ana e por coincidência ela estava na vila. Fiquei hospedada na casa de sua filha Luciene Rocha. Mas, me dei conta que a alimentação seria um problema naquela comunidade. Lá, não há restaurantes e os moradores têm dificuldade de conservar os alimentos, já que a ainda não possuem energia elétrica.

Consegui avançar nas entrevistas, porém em todas elas as fontes falavam sobre a professora que estava alfabetizando as crianças e adultos na comunidade e que naquela data, ela estava na cidade. À noite, entrevistei o marido da professora, que, por acaso, era o mesmo senhor que tinha me levado até a comunidade. Ele me contou que sairia cedo para Manaus, pois a esposa estava voltando de uma reunião. Perguntei se ele não poderia me levar junto para que eu a conhecesse e, naquele momento, reduzi a apuração na terceira comunidade para apenas um dia.

No final da terceira semana, havia entrevistado 20 pessoas e visitado três comunidades. Meu projeto previa dez capítulos, um para cada história. O Sinval não conhecia a região onde ficava a Tatulândia, quarta e última comunidade e, ficou de conseguir outro morador para me acompanhar. Naquele momento, refleti sobre as dificuldades de hospedagem, alimentação e até pelo fato de termos nos perdido na região do igarapé do Tupé, optei por não continuar com a apuração na Tatulândia, já que tinha conseguido histórias suficientes para concluir meu trabalho.

Mas, ao chegar em casa e começar a decupar meu material, percebi que minhas fontes eram adultos ou aposentados. Que não havia nenhum jovem entre as histórias que contaria no meu TCC. Além disso, quando voltei da Colônia Central, percebi que tinha grandes histórias em Nossa Senhora do Livramento e Colônia Central, então decidir voltar ao Julião em busca de novas histórias. Dessa vez, eu não bateria de porta em porta, pois só havia conhecido um jovem na REDES do Tupé e, ele trabalhava na escola. Fui direto ao local, entrevistei o rapaz de 18 anos e ainda tentei encontrar a amiga da Suely, pois ela exercia uma profissão muito antiga no Amazonas: a de prestanista. Depois que realizei as duas últimas entrevistas, esperei a lancha por 4 horas e voltei para casa.

### 5.3 FONTES

Nilson Lage (2001) explica que há cerca de sete tipos de fontes jornalísticas: oficiais, oficiosas, independentes, primárias, secundárias, testemunhais e experts. Fontes oficiais são as fontes mantidas pelo Estados, pelas Associações e fundações. Já as fontes primárias são as pessoas que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria. No livro-reportagem Ribeirinhos foram utilizados esses dois tipos de fontes em que as fontes oficiais foram utilizadas para contextualizar as comunidades, como por exemplo: diretor de escola, assistente do posto de saúde, presidente da comunidade, gerente de projetos do Programa Luz para Todos e a gestora da REDES do Tupé. Essas fontes foram consultadas basicamente para fornecer dados e estatísticas para sustentar o trabalho. Já que a ideia era focar o texto na realidade dos moradores daquela região.

### 5.4 ENTREVISTAS

Não foi preparado um roteiro de perguntas para servir de apoio durante a apuração, pois como afirmou Vilas Boas (2002) pesquisadores de praticamente todos os campos das Ciências Humanas trabalham a oralidade via entrevista aberta, interativa, enriquecida de observação e diálogos. Porém, os desdobramentos das pautas seguiram a

partir dos questionamentos: 1) Educação 2) Saúde 3) Economia 4) Mobilidade 5) Energia 6) Meio Ambiente e 7) Saneamento.

As entrevistas com as fontes primárias aconteceram na casa dos próprios moradores. Utilizei gravador em todas elas. A maioria durou entre 1 e 2 horas. As entrevistas com as fontes oficiais ocorreram no próprio ambiente de trabalho, exceto com o gerente de projetos do Programa Luz para Todos e com a gestora da REDES do Tupé - que aconteceu por telefone. Quando estava em Manaus não deu tempo de ir até a secretaria e na maioria das vezes em que liguei para Semmas, ela estava fora da instituição ou em reunião. Devido ao curto prazo e falta de espaço em sua agenda, a gestora me enviou um e-mail com a lista dos projetos que a secretaria desenvolve junto as comunidades.

A maioria das pessoas entrevistadas era tímida. Começava falando com muito nervosismo, respondendo as perguntas de forma vaga e com palavras curtas. Uma saída que encontrei de tentar contornar a situação foi me aproximar da fonte. Alguns moradores, por exemplo, tinham nascido na mesma região que meus pais. E depois de ter revelado esse detalhe, elas passavam a me contar sua história com mais desenvoltura. As fotos também foram difíceis de fazer. Sempre que montava a câmera as pessoas ficavam inertes, como se tivessem posando para fotos 3x4 e muitas vezes nem sequer olhavam para a lente.

Na fase de apuração, criei uma espécie de caderno de campo em que anotava todas as impressões que tive da casa ou algum detalhe no gesto dos personagens. Escrevi também sobre as comunidades, como funcionava o posto de saúde, a escola, o que eles comiam, como faziam para conseguir água potável. De forma que, ao voltar para Florianópolis, tinha anotado características de cada comunidade para usar na contextualização dos personagens no texto.

#### 5.4 TEXTOS

Ao levantar bibliografias sobre narrativas jornalísticas encontra-se em Lima (1993) que o livro-reportagem, como produto da comunicação de massa, só consegue atrair a medida que propõe ao leitor uma viagem aos valores, às realidades de outros seres de forma que encontre, naqueles traços que são universais à humanidade como espécie. Já para Sodré & Ferrari (1996), o livro-reportagem pode ser a simples compilação de textos já publicados em jornal ou um trabalho feito para um livro, mas concebido e realizado em termos jornalísticos.

O objetivo do livro-reportagem *Ribeirinhos* é narrar histórias de pessoas comuns e cenas do cotidiano em pequenas reportagens-crônicas como no livro *A vida que ninguém vê*, da jornalista Eliane Brum.

O que chamamos de reportagem-crônica, portanto, tem caráter mais circunstancial e ambiental. Sendo pequena não é notícia, nem tem abrangência da grande reportagem. Não se inscreve no modelo de fact-story, action story ou quote story, embora possa usar algum de seus recursos. Chega perto da crítica social ou da opinião velada (SODRE & FERRARI, 2002, p. 86).

Medina (2003) afirma que a grande reportagem ganha em sedução quando quem a protagoniza são pessoas comuns que vivem a luta do cotidiano. Já Culler (1999) afirma que as histórias são a principal maneira pela qual entendermos as coisas, pois elas não seguem a lógica científica de causa e efeito, mas a lógica da história, em que entender significa conceber como uma coisa leva a outra, como algo poderia ter sucedido.

O enredo é um modo de dar forma aos acontecimentos para transformá-los numa história genuína: os escritores e leitores configuram os acontecimentos num enredo, em suas tentativas de buscar o sentido das coisas. De um outro ângulo, o enredo é o que é configurado pelas narrativas, já que apresentam a mesma “história” de maneira diferente (CULLER, 1999, p. 86).

Os textos foram escritos no mês de outubro e novembro e têm entre 6 e 8 mil caracteres. No projeto, foi pensando um texto de 10 mil caracteres, mas algumas entrevistas renderam mais que as outras e optei por reduzir para que os textos ficassem com o mesmo tamanho.

No estilo do texto foram utilizados descrições cena a cena, para que a história não fosse contada somente por meio de um relato cronológico e também foram utilizados diálogos entre o entrevistador e a fonte — abertos com travessões, reproduzidos da forma como aconteceram, com o objetivo de descrever o personagem com mais precisão. Para contextualizar a vida de algumas pessoas utilizei pesquisa histórica para ambientar a reportagem.

## 5.5 FOTOS

As fotos foram tiradas com uma câmera NIKON D-3200 e com a lente 18~55 mm. As imagens foram feitas coloridas e foram transformadas em preto e branco por um amigo, que não cobrou pelo serviço de edição no Photoshop.

## 6 FINALIZAÇÃO

O livro-reportagem foi diagramado em tamanho 14,8x21cm com fonte da família Gentium Book para os textos, Nimala UI para os títulos e paginação e Bordini para o título do livro. Optei por usar fonte com serifa, pois facilita a leitura, já que se trata de textos longos. No projeto gráfico, cada capítulo é composto de texto e foto em preto e branco. Optei pelo preto e branco, pois tive dificuldade em fotografar os moradores. Eles se mostraram tímidos na hora da fotografia e na maioria das vezes, usei a câmera no automático, pois percebi que, quanto mais eu ficava apontando a lente para eles, mais ficavam incomodados. Fiz os retratos e entreguei para um amigo editá-los no Photoshop. No início, não pretendia incluir fotos da comunidade, mas ao terminar a diagramação, pensei que ajudaria a contextualizar melhor o lugar onde os personagens vivem. Para tanto, transformei a página central em um mosaico de fotos coloridas das três comunidades. Incluí mais fotos de Nossa Senhora do Livramento, pois foi o lugar onde fiquei mais tempo e, portanto, tinha mais fotos.

Diagramei os textos em dois dias e fiz um teste na gráfica para ver se daria algum problema. A princípio não havia dado, mas o atendente da gráfica sugeriu que eu aumentasse o respiro da paginação. Ajustei as novas margens lá mesmo e a gráfica levou dois dias para imprimir. Normalmente, eles levam três dias para entregar o material pronto. Porém, optei por pagar a taxa de urgência, no valor de R\$ 5 para receber o TCC antes.

O livro foi impresso em papel reciclado 90g, a página central em couchê fosco 150g e a capa em couchê fosco 250g. O acabamento do material foi feito em brochura.

## 7 CUSTOS

O Trabalho de Conclusão de Curso foi custeado pela própria aluna. O valor total desembolsado foi de R\$ 4.246,4. Os gastos são detalhados na tabela abaixo:

Item	Valor	Quantidade	Total*
Câmera digital Nikon D3200	R\$ 1800,00	1	R\$ 1800,00
Gravador digital	R\$ 150,00	1	R\$ 150,00
Passagem aérea: Florianópolis – Manaus	R\$ 520,00	2	R\$ 1.040,00
Aluguel de barco e hora de trabalho do barqueiro	R\$ 100,00	4	R\$ 400,00
Alimentação	R\$ 150,00	3	R\$ 450,00
Impressão TCC	R\$ 72	4	R\$ 288,00
Impressão relatório	R\$ 7,10	4	R\$ 28,40
<b>Total*:</b>			<b>R\$ 4.246,4</b>

## 7 DIFICULDADES E APRENDIZADOS

Perdi as contas de quantas vezes ouvi jornalistas afirmarem “Reportagem demanda viagens, dinheiro e dá trabalho”. Na minha apuração, pude sentir na pele o “caro” e o “trabalho” e não falo isso pelo valor gasto em passagens de avião, ônibus, barco e alimentação, ou seja, o valor que havia me programado para pagar. Mas do valor que tive que desembolsar durante os problemas que surgiram no meio do caminho. Fui e voltei mais vezes do que havia programado. As entrevistas não aconteceram na ordem cronológica que eu havia organizado: Nossa Senhora do Livramento, Julião, Colônia Central e Tatulândia.

O que aconteceu foi um verdadeiro vai e volta sem fim pelos igarapés que desaguam no Rio Negro: Nossa Senhora do Livramento, Julião, Nossa Senhora do Livramento, Central, Nossa Senhora do Livramento, Julião de novo e nem sequer cheguei a ir à comunidade Tatulândia. Portanto, aprendi durante o meu trabalho de campo que o andamento da reportagem não tem como ser programado. No momento em que os cronômetros do deadline são ligados, o tempo é outro: o tempo da reportagem. Nele inclui o tempo máximo que você consegue permanecer com fome ou o tempo que você leva

para subir uma trilha no meio da floresta, o tempo que a fonte demora entre o “sim” e a entrevista acontecer de fato. E quando ela finalmente acontece, se vai render 40 mil caracteres ou se a fonte responderá apenas com monossílabos.

Durante as entrevistas optei por não levar perguntas fechadas e cheias de premissas. Assumi o risco de fazer entrevistas sem roteiro e claro, isso não foi por acaso. A inspiração do meu trabalho veio do livro *A vida que ninguém vê*, da jornalista Eliane Brum e uma semana antes de viajar para o Amazonas, li uma entrevista dela para o livro *O Jornalista e a prática* de Beatriz Marocco. No diálogo, ela dizia que não costuma interferir nas entrevistas e que ao chegar na casa da fonte apenas dizia “Quero saber sua história”. Para ela, quando o jornalista faz uma pergunta fechada, direciona a resposta. Mas quando deixa livre podem aparecer detalhes que o questionamento não permitiria. Resolvi me inspirar na metodologia de trabalho de Eliane Brum também e adotei a mesma posição diante das minhas fontes.

No começo, os ribeirinhos se mostravam tímidos. Porém, aos poucos a entrevista fluía e poucas vezes interferi. Em alguns momentos, a história se perdia no tempo e quando isso acontecia, fazia uma pergunta direta para recuperar o foco do diálogo.

Quando comecei a escrever os textos surgiram algumas dúvidas e por vezes pensei: “Eu deveria ter perguntado isso ou aquilo”. Mas quando retornava para o áudio, percebia que se tivesse feito uma pergunta naquele momento o entrevistado perderia o fio da meada e talvez eu ficasse sem uma informação muito mais importante do que nomes, números e lugares. É claro que o “Conte sua história” não funcionava para todas as fontes e para essas separei perguntas do tipo: “De onde o senhor é?”, “Como veio parar aqui?” e “O que faz para sobreviver?”.

No entanto, as maiores dificuldades no período em que eu estive nas REDES do Tupé foram as decisões que tive que tomar em segundos: meu barqueiro tinha compromisso e não poderia me levar no dia que eu precisava. O que eu faço? Ou, a questão que mais me atormentou durante a apuração: “E agora, onde vou comer?” Na Colônia Central, por exemplo, foi o lugar onde minha resistência foi mais colocada à prova. Lá, eu só consegui almoçar, passei o dia inteiro comendo barrinhas de cereal e bebendo água quente. Em nenhum momento, pensei em desistir e foi lá que consegui as histórias mais instigantes, que me lançaram o desafio de “Como contar uma história de alguém que se meteu no meio do mato porque acreditava que lá seria curada por Deus”, sem ganhar um tom pejorativo?

Outras vezes, o relato era tão cheio de emoção e perdas que me segurei para não chorar. Na hora, lembrei da máxima dita em sala de aula que afirma: “O repórter precisa se desfazer de todos os seus preconceitos antes de fazer uma reportagem”. Pelo menos, nesse ponto acho que fui bem sucedida.

Mas, quando voltei para Florianópolis cheia de histórias para contar me faltaram palavras. Escolhi quais histórias entrariam no trabalho. Escrevi um, dois, três abres diferentes até que, quando não havia mais tempo para procrastinação os textos começaram a sair.

Na redação do texto, a dificuldade encontrada foi tirar um recorte em entrevistas de até 2 horas que fizesse sentido, que tivesse começo, meio e fim. No projeto, havia proposto desenhar a realidade da comunidade a partir das histórias de um morador. E, essa foi a segunda dificuldade: como partir do singular para o universal? Para isso, procurei contextualizar o universo da fonte com informações de povos indígenas, estatísticas e números divulgados em relatórios oficiais.

## 8 REFERÊNCIAS

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Editora Ática. 2008.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa**. São Paulo, 2002, 197, p. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTRO, Albejamere Pereira de, et. al. **A agricultura familiar: principal fonte de desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades da área focal do projeto PIATAM**. In: PEREIRA, Henrique dos Santos, et. al. *Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: modo de vida e uso dos recursos naturais*. Manaus: EDUA. 2007. P. 55-88.

CULLER, Jonathan. **Teoria literária: uma introdução**. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Becca. 1999.

IJUIM, Jorge K. **A humanização e desumanização do jornalismo: algumas saídas**. Trabalho apresentado no XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM – NP Jornalismo. Recife, setembro, 2011.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Editora Record. 2001.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Campinas: Editora da Unicamp. 1993.

LUFT, Schirley. **Jornalismo, meio ambiente e Amazônia: os desmatamentos nos jornais O Liberal do Pará e A Crítica do Amazonas**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2005.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Editora Summus. 2003.

MUNIZ SODRÉ; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística**. São Paulo: Summus, 1986.

OLIVEIRA, Evelinn Flores de . **A LEI DO SNUC E AS FORMAS DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA RDS DO TUPÉ**. 2007. (Relatório de pesquisa).

SILVA, Karla Almeida, et. al. **Índice de cidadania como indicador social nas comunidades que constituem as REDES do Tupé**. Pet Pesca UFAM, Manaus, nov, 2010. Seção News. Disponível em <http://petpesca-ufam.webnode.com.br/news/indice-de-cidadania-como-indicador-social-das-comunidades-que-constituem-a-REDES-do-tupe-karla-almeida-da-silva/> . Acessado em 2 de junho de 2014.

VILAS BOAS, Sérgio. **Biografia e biógrafos: jornalismo sobre personagens**. São Paulo: Editora Summus. 2002.





